

O agravamento da desigualdade social no Brasil no governo de extrema direita: ataques aos direitos humanos e ao ideário crítico de Paulo Freire

Daniel Ribeiro de Almeida Chacon 

Caio César Sousa Marçal 

Aline Choucair Vaz 

Resumo

O presente artigo discute o agravamento das desigualdades sociais no contexto político, econômico e educacional do Brasil sob o governo de extrema direita, bem como o ataque aos direitos humanos e ao pensamento crítico de Paulo Freire. A intenção é destacar dados relevantes que abordam a ampliação dessas desigualdades no país durante o mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. O artigo aponta para a influência da ideologia neoliberal dominante, que perpetua e agrava as relações de poder desiguais entre opressores(as) e oprimidos(as). Nesse sentido, a obra “Pedagogia do oprimido”, de Paulo Freire, surge como a principal chave hermenêutica e metodológica para a análise crítica das questões sociais e educacionais relacionadas ao agravamento das desigualdades sociais e à luta pelos direitos humanos. Por fim, as considerações finais destacam a importância das contribuições de Paulo Freire no contexto atual, especialmente no que se refere à transformação revolucionária da sociedade.

Palavras-chave: Extrema direita, Neoliberalismo, Desigualdade social, Direitos humanos, Paulo Freire.

The escalation of social inequality in Brazil under far-right government: attacks on human rights and Paulo Freire's critical ideology

Daniel Ribeiro de Almeida Chacon

Caio César Sousa Marçal

Aline Choucair Vaz

Abstract

His article discusses the escalation of social inequalities in the political, economic, and educational context of Brazil under the far-right government, as well as the attack on Human Rights and on Paulo Freire's critical thinking. The intention is to highlight relevant researches that address the widening of these inequalities in the country during the tenure of former President Jair Messias Bolsonaro. The article points to the influence of the dominant neoliberal ideology, which perpetuates and exacerbates unequal power relations between oppressors and the oppressed. In this sense, Paulo Freire's work "Pedagogy of the Oppressed" emerges as the main hermeneutical and methodological key for the critical analysis of social and educational issues related to the escalation of social inequalities and to the struggle for Human Rights. Finally, the concluding remarks emphasize the importance of Paulo Freire's contributions in the current context, especially regarding the revolutionary transformation of society.

Keywords: Far-right, Neoliberalism, Social inequality, Human Rights, Paulo Freire.

Introdução

O presente artigo desenvolve uma discussão do agravamento da desigualdade social no Brasil nos últimos anos, sobretudo no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (2019-2022). Identifica as permanências e o acirramento da fome na população mais vulnerabilizada no Brasil, assim como os cortes orçamentários do governo para a educação brasileira, atentando contra as camadas populares. O pano de fundo desse processo tem relação com as premissas do neoliberalismo e sua contribuição para a acentuação da desigualdade social. Além disso, o governo bolsonarista empreendeu ataques aos direitos humanos e ao legado do educador Paulo Freire, considerado um "inimigo da Pátria", nos moldes da ditadura militar-empresarial que assolou o Estado brasileiro no período de 1964 a 1985.

Nesse contexto, ressaltamos alguns aspectos que enfatizam a relevância do ideário crítico freiriano no cenário de luta de classes e na busca pela dignidade humana.

Desigualdades no Brasil: neoliberalismo, fome e ataques à educação no governo de extrema direita

Uma das dimensões mais concretas para a emancipação humana manifesta-se no enfrentamento das desigualdades sociais, que se referem a discrepâncias de recursos, oportunidades e condições entre diferentes indivíduos dentro de um grupo ou, de maneira mais abrangente, na sociedade em geral (SCOTT; MARSHALL, 2009). No decorrer do tempo, as ciências sociais têm se desdobrado no estudo da estratificação social, compreendida como uma área de conhecimento que aprofunda a compreensão das desigualdades sistemáticas entre grupos de pessoas, surgidas como resultado de processos e relações sociais que geram condições adversas para um determinado estrato social. Ao questionarmos as causas da fome (ZIEGLER, 2013) ou da divisão sexual do trabalho, bem como os motivos pelos quais as mulheres recebem remuneração salarial inferior aos homens (SAFFIOTI, 2013), constatamos que o processo de desigualdade social tende a comprometer o êxito educacional das pessoas consideradas "pobres" em comparação com o daquelas consideradas mais "abastadas".

Nesse contexto, os estudos acerca da estratificação social desempenham um papel fundamental na compreensão das relações sociais históricas, em que se observam relações de dominação, formação de hierarquias e estruturação que assegura vantagens a determinados grupos em relação a outros. Piketty (2019) sustenta como inescapável o reconhecimento de que a produção de desigualdades é intrínseca ao sistema capitalista.

No debate sobre a desigualdade social, uma questão de suma importância reside no papel da ciência como legitimadora de interesses ideológicos, conforme apontado por Mészáros (2004). É possível destacar exemplos marcantes da postura colaboracionista adotada por certos defensores fervorosos do sistema. Talcott Parsons (2010), um dos sociólogos estadunidenses mais influentes do século XX, não apenas considerava a

desigualdade social como algo natural e compreensível, senão que a via também como um elemento necessário para a sociedade. Na concepção simplista de Parsons (2010), certos indivíduos seriam "especiais", em virtude de suas habilidades diferenciadas, as quais deveriam ser valorizadas de forma desigual pela sociedade, assumindo-se a premissa de que cada pessoa possui habilidades e talentos distintos. É nessa concepção de "economia de talentos" do referido autor que se encontra, principalmente, a naturalização da desigualdade, uma vez que os mais talentosos são recompensados ou beneficiados de forma mais significativa. É evidente que o argumento parsoniano valida a desigualdade como um resultado concreto dos níveis de especialização na divisão social do trabalho.

Por conseguinte, tais perspectivas compartilham semelhanças com o pensamento dos liberais, como Hayek (1985), que defendia a desigualdade como um preço justo a ser pago para alcançar o crescimento econômico no contexto do capitalismo. Como fervoroso defensor do capitalismo, representante da Escola Austríaca de Economia, Hayek argumentava que qualquer tentativa de buscar equidade nas relações sociais seria uma ameaça tanto à liberdade individual quanto ao fracasso econômico.

Outro exemplo de colaboracionismo é o de Fukuyama (1992) que, após a queda do Muro de Berlim e a fragilização do bloco socialista, no final dos anos 1980, proclamou o fim da história. A declaração defendia que houve uma suposta vitória do liberalismo como força que inexoravelmente governaria as sociedades. Esse autor defendeu que a democracia liberal e o livre mercado seriam, pois, as formas definitivas de governo e economia para a humanidade.

A teoria de Fukuyama sustentava que, com o colapso de determinadas experiências socialistas e o avanço do liberalismo, todas as alternativas ideológicas e sistemas políticos experimentaram um esgotamento. Segundo ele, as ideias e práticas políticas, como o socialismo e o autoritarismo, perderiam seu apelo à medida que as sociedades se desenvolvessem e alcançassem um estágio mais avançado de progresso. Nesse sentido, a democracia liberal emergiria como a forma de governo mais adequada e desejável, garantindo a proteção dos direitos individuais, a participação política e o livre funcionamento do mercado.

Fukuyama (1992) afirmava que todas as disputas ideológicas até então vigentes chegaram ao ocaso, uma vez que havíamos atingido o apogeu da evolução ideológica na história. Segundo ele, o pensamento liberal inabalavelmente se apresentava como a forma de governo mais eficiente e justa, enquanto o livre mercado se configurava como o sistema econômico mais primoroso.

Entretanto, após transcorrerem pouco mais de três décadas desde o exaltado "triunfo do capitalismo", emerge, no mundo contemporâneo, uma dualidade crescente de fenômenos. Em primeiro lugar, observa-se um alarmante incremento da desigualdade social em âmbito global, conforme descrito no *World Inequality Report* (PIKETTY *et al.*, 2022). As informações apresentadas nesse documento evidenciam que, no período compreendido entre 1995 e 2021,

a parcela mais abastada, correspondente a 1% da população mundial, absorveu 38% do crescimento da riqueza global, ao passo que os 50% menos favorecidos obtiveram somente 2% dessa expansão. Dessa forma, à medida que os detentores de bilhões de dólares arrebatam um acúmulo cada vez maior de poder e recursos financeiros, os menos favorecidos são relegados a condições degradantes, como se atesta inequivocamente no mencionado relatório. Em síntese, a "vitória do capitalismo e do livre mercado" converteu-se na derrota dos despossuídos da Terra. Nesse contexto, é plausível ponderar que Fukuyama (1992) possivelmente não tenha percebido que o muro desmoronou do lado errôneo.

Ao longo desse período, o discurso neoliberal tem sido consagrado como um dogma ou destino irrevogável que orienta os caminhos da política. Ao impor medidas de austeridade fiscal e promovendo políticas de desresponsabilização, ele encarna uma perspectiva individualista e liberal que celebra a sociedade do consumo e a suposta liberdade oferecida pelos mercados (MOUFFE, 2020). Decorridas pouco mais de três décadas desde a aclamada "vitória do capitalismo", Mouffe sublinha que o mundo testemunha o crescimento de dois fenômenos marcantes: o exacerbado aumento da desigualdade social em âmbito global e a emergência concomitante de uma multidão de indivíduos "pobres" e desiludidos com o sistema, seduzidos pelos discursos neofascistas. É nesse contexto que Jair Messias Bolsonaro ascende ao poder no Brasil, por meio das eleições de 2018 (cf. LÖWY, 2019; CALDEIRA NETO, 2020).

Na qualidade de uma nova fase do capitalismo contemporâneo, o neoliberalismo transcende um mero conjunto de medidas econômicas, convertendo-se em imposição de uma racionalidade política que permeia todas as esferas da existência humana, desde as esferas governamentais e econômicas até a maneira pela qual as subjetividades são constituídas. Nessa nova forma de "colonização do ser", Dardot e Laval (2017) salientam que o neoliberalismo almeja forjar o "homem empresarial". Por conseguinte, busca persuadir as pessoas de que renunciar a direitos sociais em prol de tornar-se "CEO de si mesmo" ou "seu próprio patrão" é vantajoso e lucrativo.

A imposição do "realismo capitalista" como um discurso sacralizado também se estabeleceu na gestão da educação brasileira. Nos últimos anos, em particular após o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, o avanço das políticas neoliberais tem sido predominante. Além da implementação da Contrarreforma do Ensino Médio, tem-se testemunhado um desmonte gradual e contínuo das políticas de estímulo à educação como um direito humano. O ápice desse processo foi a necropolítica bolsonarista, que revelou um grau espantoso de insensibilidade política por parte do neoliberalismo, como atestam Moura e Cruz:

A reforma conservadora e neoliberal do Governo Temer tornou-se mais intensa no Governo Bolsonaro. Através de uma equipe desastrosa de ministro à frente do Ministério da Educação, o governo sucateou e fragilizou a

educação, além de impor um discurso que criminalizava as instituições públicas e os indivíduos dessas instituições, em especial, os servidores públicos (2022, p. 7).

A acumulação primitiva, empreendida nas regiões periféricas do sistema capitalista, emerge como um fator determinante que empobreceu e gerou um profundo abismo entre os povos explorados e seus colonizadores. Ao refletirmos sobre o Brasil e suas dinâmicas de exclusão social, torna-se imprescindível reconhecer seu papel na geopolítica internacional como um país não central na ordem econômica global. Nesse sentido, o conceito de superexploração capitalista ganha relevo, evidenciando que os países-satélites, no âmbito do capitalismo, são assolados por níveis alarmantes de desigualdade e pobreza estrutural, resultando numa situação em que os(as) trabalhadores(as) recebem remunerações reduzidas, trabalham em jornadas mais extensas e enfrentam condições precárias (MARINI, 2017).

Foi justamente no período pós-golpe de 2016 que se intensificaram as contrarreformas, agravando a desigualdade social, suprimindo direitos trabalhistas e resultando no aumento do subemprego e na precarização das condições de trabalho. Apesar de tais governos argumentarem que a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) seria benéfica tanto para a classe trabalhadora quanto para os(as) empregadores(as), na prática observou-se uma queda na renda média dos(as) trabalhadores(as).

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), o Brasil ocupava a lamentável posição de sétimo país mais desigual do mundo. Em tal conjuntura, um problema histórico a permear a realidade brasileira é a fome, cuja existência se encontra intrinsecamente ligada à pobreza e à concentração de renda. Essa situação decorre de um sistema socioeconômico injusto e desigual, que propicia a concentração da riqueza nas mãos de poucos, relegando a maioria da população a um estado de extrema pobreza.

No âmbito da legislação brasileira, a segurança nutricional e o direito à alimentação assumem um papel crucial na promoção da cidadania. A segurança alimentar é conceituada nos seguintes termos:

Considera-se que há segurança alimentar para uma população se todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Nas economias mercantis, em geral, e particularmente na economia brasileira, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, de a pessoa ter poder aquisitivo, isto é, dispor de renda para comprar os alimentos. Uma parcela substancial da população brasileira tem rendimentos tão baixos que a coloca, obviamente, em uma situação de insegurança alimentar (HOFFMANN, 1995, p. 159).

Embora a observação de Hoffmann sobre a questão da fome no contexto brasileiro tenha, desde logo, quase três décadas, o problema da insegurança nutricional insiste em assombrar o Brasil. Apesar de possuir condições climáticas extremamente propícias para a

agricultura e ser reconhecido como um proeminente produtor de alimentos em escala global, é perturbador constatar o crescente déficit de segurança alimentar, o qual remete a um aspecto inquietante da flagrante desigualdade que permeia a esfera nacional.

Após anos de perseverantes esforços envidados no combate à fome durante os primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva, é inegavelmente deplorável constatar que, ao desfecho do governo de Michel Temer, o Brasil retomou um lugar no Mapa da Fome das Nações Unidas, conforme evidenciam os dados da "Síntese de indicadores sociais 2018: uma análise das condições de vida da população brasileira", publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). As contrarreformas empreendidas, de natureza deletéria, corroem inexoravelmente o poder aquisitivo dos(as) trabalhadores(as), resultando em nefasta e crescente contingência de indivíduos relegados à esfera impiedosa da exclusão social.

Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA) por Moradores (por mil habitantes)

	SA	IA leve	IA moderada	IA alta
Brasil	88.160	59.667	32.387	33.103
Urbano	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	11.032	8.635	5.165	5.681

Fonte: Rede PENSSAN (2022)

No governo Bolsonaro, as condições dos mais desvalidos foram tristemente desprezadas em relação à garantia desse direito fundamental para a vida do povo brasileiro. Segundo constatações da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), a ausência de segurança alimentar e nutricional no Brasil atingiu patamares alarmantes no ano de 2022. De acordo com o levantamento do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (PENSSAN, 2022), mais de 88 milhões de cidadãos brasileiros estavam sujeitos à insegurança alimentar. Contudo, os dados indicam que 125,2 milhões de indivíduos enfrentam algum grau de insegurança alimentar, e mais de 33 milhões de pessoas no Brasil padecem da gravidade extrema da fome (insegurança alimentar grave).

Abordar a questão da dignidade e emancipação humana implica reconhecer a existência da opressão, uma força impiedosa que deixa profundas marcas nas relações sociais, equiparando-se a uma praga que consome implacavelmente o tecido social. Em suas múltiplas facetas, o desumano semblante dos variados abusos efetuados contra a classe oprimida se concretiza em diferentes contextos e realidades sociais e históricas, a exemplo do patriarcado e do racismo estrutural, que relegam os não brancos a condições de vida precárias. No que concerne à problemática da fome no contexto brasileiro, o relatório da Rede PENSSAN (2022, p. 17) enfatiza que:

A desigualdade de acesso aos alimentos se manifesta com maior força em domicílios rurais, 18,6% dos quais enfrentando a fome em seu cotidiano. Em termos geográficos, 25,7% das famílias em IA grave residem na região Norte;

21,0%, no Nordeste. A IA está também diretamente relacionada a outras condições de desigualdade. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda.

O período do governo sob a égide de uma ideologia de extrema direita, liderado por Jair Bolsonaro, revelou-se, no mínimo, despótico. Além de discursos impregnados de racismo, xenofobia, misoginia e exaltação a torturadores da época do regime ditatorial militar-empresarial instaurado no ano de 1964, a estratégia recorrente do bolsonarismo para justificar a redução de recursos foi desacreditar as instituições de ensino superior, alegando que estas supostamente promoviam algo descrito como "balbúrdia", enquanto as escolas públicas se envolviam excessivamente em questões políticas (FERREIRA; KRÜGER; NETTO, 2022). Nesse contexto, uma questão que evidencia o descaso em relação à busca pela equidade no acesso à educação emergiu durante o período da pandemia da Covid-19. O Brasil, país marcado por profundas desigualdades raciais, de gênero, regionais e socioeconômicas, testemunhou a crise sanitária global se tornar a tempestade perfeita para desnudar, com maior acuidade, tais contradições sociais.

Quando as instituições educacionais se viram compelidas a interromper as aulas presenciais e adotar o ensino remoto, uma série de vicissitudes emergiu, desvelando a faceta da exclusão digital como um desdobramento flagrante da disparidade social. Conforme pesquisas empreendidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), os dados revelaram que estudantes da faixa etária entre 15 e 17 anos, vinculados à rede de educação pública, foram privados tanto do acesso à internet quanto dos dispositivos tecnológicos indispensáveis a sua participação nas aulas virtuais durante esse árduo período pandêmico.

De acordo com o relatório intitulado "A experiência do ensino durante a pandemia de Covid-19 no Brasil" (INESC, 2021), constata-se que somente um pouco mais da metade dos estudantes provenientes da rede pública de ensino, majoritariamente compostos por indivíduos de ascendência negra e de famílias com renda mais modesta, concluíram o terceiro ano em 2020 (54,4%). Em contraste, nas instituições de ensino privadas, caracterizadas por um perfil socioeconômico mais favorecido e por uma representatividade branca mais significativa, tal percentual elevou-se a 96,9%. A mencionada pesquisa também revelou que os discentes oriundos da educação pública, em média, cursaram 200 horas a menos no período entre 2020 e o primeiro semestre de 2021, em comparação com seus pares do Ensino Médio privado. Enquanto a maioria dos estudantes da rede privada dispunha de computadores, celulares e uma conexão de internet estável, 60,3% dos(as) alunos(as) da rede pública sequer possuíam um computador, e apenas 14,5% contavam com a posse de uma impressora. Segundo os resultados da pesquisa, mais de 1,5 milhão de adolescentes matriculados(as) no Ensino

Médio em escolas públicas foram privados(as) de acesso adequado para prosseguir com seus estudos. Entretanto, é importante ressaltar que o então governo Bolsonaro ingressou no Supremo Tribunal Federal com o intuito de obstruir o repasse de recursos destinados às escolas, a fim de garantir a inclusão digital dos(as) estudantes provenientes das camadas populares (REDE BRASIL ATUAL, 2021).

A situação em análise revela-se profundamente condenável e torna assaz desafiadora a descrição precisa da contínua deterioração do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável por fomentar a política de merenda escolar no Brasil. A negligência e o descaso a que esse programa foi submetido são inadmissíveis, minando de forma sistemática a garantia de alimentação adequada para milhões de crianças e adolescentes nas escolas do país. Essa iniciativa abrange mais de 43 milhões de estudantes brasileiros(as) que frequentam estabelecimentos de ensino em todo o território nacional. Para muitos(as) deles(as), a merenda escolar constitui a principal e, em alguns casos, a única refeição diária. Embora os preços dos gêneros alimentícios tenham aumentado consideravelmente nesse período, os recursos destinados ao PNAE não foram reajustados desde o ano de 2017. Além de negar um novo reajuste, o governo Bolsonaro efetuou um corte de R\$ 1,4 bilhão no repasse de verbas aos Estados (REDE BRASIL ATUAL, 2022).

Ao final do mandato de Jair Bolsonaro, restou como legado uma redução de recursos de 34% no orçamento destinado à Educação Básica para o novo governo. Um impacto ainda mais significativo foi observado na Educação Infantil, que sofreu diminuição de recursos de 96% para o ano de 2023. De acordo com o documento intitulado "Depois do desmonte: balanço do Orçamento Geral da União" (INESC, 2023), durante esse período a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi praticamente abandonada, resultando no descumprimento das metas de alfabetização e de profissionalização no Ensino Médio estabelecidas pelo Estado brasileiro. É importante ressaltar que, no ano de 2020, o descaso foi tão alarmante, a ponto de não terem sido executados quaisquer recursos para essa área.

Além disso, é imprescindível ressaltar que, durante o quadriênio de governo bolsonarista, os Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia sofreram drásticos cortes orçamentários, com impacto direto e prejudicial sobre as instituições de ensino e a pesquisa científica. No contexto da crise sanitária desencadeada pela pandemia da Covid-19, que exigia investimentos substanciais nessa área, tais reduções comprometeram significativamente o progresso científico e tecnológico do Brasil:

Em um olhar mais detalhado para os últimos 4 anos de governo de Bolsonaro, temos que em 2022 o governo bateu o recorde e já cancelou mais de 40 bilhões de reais das receitas do ME. Valor este quase duas vezes maior do que a média de recursos cancelados nos últimos 3 anos, que foi de aproximadamente 24 bilhões de reais. No MCT, os valores das receitas cortadas são inferiores quando comparados ao ME e também diminuíram desde 2019 até 2022 (OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO, 2022).

Destarte, a consecução da dignidade humana se apresenta como uma meta inatingível, caso não se assegurem as condições materiais propícias à existência. Ademais, a vivência da liberdade e a participação ativa na gestão da vida social, dentro do âmbito democrático, mostram-se inconcebíveis enquanto uma parcela substancial da sociedade é subjugada em sua incansável busca por condições básicas de subsistência. Somente após a superação do abismo da desigualdade será possível desfrutar, em sua totalidade, dos privilégios da cidadania, sem qualquer distinção de gênero e raça, permitindo que todos os indivíduos alcancem a realização plena de suas potencialidades.

Ataques do governo de extrema direita, no Brasil, aos direitos humanos e ao pensamento freiriano

Entre os anos de 2019 e 2022, o Brasil foi governado por uma liderança política de extrema direita, cuja postura em relação aos princípios democráticos e aos direitos humanos mostrou-se pouco apreciativa. Essa trajetória, caracterizada por uma extensa série de violações dos direitos coletivos e sociais, já estava sendo delineada desde o processo de *impeachment* de 2016, que culminou na destituição da ex-presidente Dilma Rousseff (RUBIM; ARGOLO, 2018).

No entanto, cumpre destacar que as raízes mais recentes desse histórico de violações em larga escala remontam às chamadas "Jornadas de 2013", quando grupos considerados extremistas da direita política brasileira e do conservadorismo saíram às ruas em oposição aos avanços progressistas conquistados desde a promulgação da Constituição de 1988. É notável que esses grupos compartilharam o mesmo espaço de reivindicação que os coletivos progressistas, embora suas demandas tenham sido completamente divergentes (cf. SINGER, 2013). Caso consideremos a preponderância dos coletivos progressistas como os principais agentes das Jornadas, impulsionados por seu interesse na promoção de avanços sociais substanciais, torna-se perceptível que a mídia burguesa desempenhou um papel significativo na elaboração de uma narrativa reacionária insidiosa, visando enfraquecer o governo da ex-presidente Rousseff.

No contexto de intensificação da extrema direita, durante as eleições de 2018, tornou-se evidente, no Brasil, um cenário de ataques aos direitos coletivos e às conquistas dos diversos grupos excluídos e suas diversidades. Em tal conjuntura, um conceito de extrema relevância merece destaque: a intolerância. A perspectiva da intolerância carece de novidade histórica e já se manifestou em diferentes momentos. Conforme Barret-Ducrocq (1997), uma das formas mais arraigadas de intolerância, baseada em explicações pseudocientíficas das diferenças e nas tentativas de dominação e exploração, é o racismo. Semelhante prática revela uma convicção de que os(as) outros(as) não pensam, não são e não sentem como os(as) demais, o que

impulsiona a tentativa de retratá-los(as) como seres inferiores. Não obstante, o autor ressalta ainda que a intolerância não se resume às manifestações racistas:

L'intolérance se réduit-elle à ce jeu de nuances entre fondamentalisme, traditionalisme, intégrisme, racisme? Il y a eu des formes d'intolérance non racistes, par exemple l'intolérance envers les hérétiques, ou l'intolérance des dictatures envers leurs opposants politiques. Non, l'intolérance est quelque chose de bien plus profond que se place à la source même de phénomènes très différents. Fondamentalisme, intégrisme, racisme pseudo-scientifique sont des positions théoriques qui présupposent une doctrine. L'intolérance se situe en deçà de toute doctrine (BARRET-DUCROCQ, 1997, p. 1617)⁴⁰.

No decurso daqueles quatro anos em que o Brasil foi governado por uma liderança política alinhada à extrema direita (2019-2022), testemunhou-se um desmantelamento das políticas públicas de promoção da igualdade racial e do combate ao racismo no Brasil. O desmonte de importantes políticas públicas nesse período convergiu na supressão dos direitos coletivos, acompanhada da institucionalização de práticas de intolerância (VETTORASSI; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020).

Em sua essência, o governo bolsonarista teve como um de seus objetivos preponderantes a desvalorização das humanidades, mediante o fortalecimento de uma matriz conservadora e autoritária, visando, assim, ao enfraquecimento de vozes dissonantes e à subversão da luta da classe oprimida. Nesse contexto, Narcizo (2021) categoriza o governo bolsonarista como genuína encarnação do ideário da extrema direita, proclamando, assim, de maneira inequívoca, a conexão intrínseca entre ambos:

A eleição de Jair Bolsonaro inicia um capítulo novo na história da República, fazendo com que grupos abertamente de extrema direita estejam de forma oficial no governo, ou como expressam e Pereira Gonçalves e Caldeira Neto (2020, p. 193) “com a posse de Jair Bolsonaro, surgiu um novo capítulo para a extrema direita brasileira, agora ela está no poder” (p. 63).

Com o intuito de apreender os discursos que menosprezam o diferente e suas peculiaridades sociais e culturais, convém reconhecer, à luz do que se destacou previamente, que a realidade brasileira está intrinsecamente permeada por significativas disparidades socioeconômicas, que, por sua vez, são perpetuadas por arraigadas estruturas de poder. Uma minoria privilegiada ostenta o monopólio da riqueza e do controle sociopolítico, enquanto a grande maioria da população defronta-se com uma árdua batalha em busca de condições de vida mais dignas e da superação das profundas desigualdades. Nesse cenário, as estruturas que configuram as interações sociais e culturais manifestam-se como mecanismos alienantes e

⁴⁰ “A intolerância se reduz a esse jogo de nuances entre fundamentalismo, tradicionalismo, integrismo, racismo? Houve formas de intolerância não racistas, a exemplo da intolerância para com os heréticos ou da intolerância de ditadores para com seus opositores políticos. Não, a intolerância é alguma coisa ainda mais profunda, situada na fonte mesma de fenômenos muito distintos. Fundamentalismo, integrismo, racismo pseudocientífico são posições teóricas que pressupõem uma doutrina. A intolerância se situa aquém de toda doutrina” (trad. dos autores).

excludentes, nos quais a burguesia nacional é historicamente favorecida à custa da classe trabalhadora.

Inegavelmente, a Constituição de 1988 promulgou um conjunto de direitos que merece destaque, desde que várias lutas sociais contribuíram para as conquistas expressas nessa *Magna Carta*. No entanto, a sociedade capitalista se caracteriza por um imaginário antagônico a mudanças sociais fundamentais e até mesmo à consolidação de direitos essenciais para a classe oprimida. Esse imaginário adverso, conforme indica Baczko (1985), encarna a atuação da burguesia e se contrapõe ao imaginário libertador, mantendo inabaláveis suas relações de poder e o próprio *status quo*. Com efeito, durante períodos de autoritarismo, nos quais a força militar e institucional se ergue como obstáculo às transformações sociais, os “contraimaginários” se manifestam com maior intensidade e audácia.

Ao longo da última década, o movimento reacionário da burguesia nacional ganhou força, visando a minar os direitos humanos e as ideias consideradas progressistas, culminando no mandato presidencial de Jair Bolsonaro. Intensifica-se, assim, a obstinada perseverança da burguesia em manter a atual ordem vigente, fragilizando meticulosamente as conquistas sociais da classe oprimida.

Isto posto, institui-se uma maior fragilização do ideal de dignidade humana, fundamentado na solene Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A Constituição brasileira de 1988, reconhecida amplamente como a notória “Constituição Cidadã”, reflete essa concepção inclusiva do direito, amplamente influenciada tanto pela mencionada Declaração Universal quanto por outros tratados internacionais. Assim, é por intermédio dessa abordagem constitucional que se busca assegurar o acesso aos direitos fundamentais negados aos grupos historicamente explorados (SALGADO, 2022). No seu artigo 1º, inciso III, a Constituição Federal do Brasil consagra a dignidade da pessoa humana como um princípio primordial⁴¹. Pode-se afirmar, de acordo com Souza (2014), que, após a Constituição de 1988:

A dignidade da pessoa humana se tornou, no ordenamento jurídico brasileiro, uma espécie de totem, um símbolo sagrado e indefinível, que circula duplamente entre as dimensões mágicas e práticas. Com seu poder simbólico, passou a figurar em demandas das mais diversas, trazendo sentidos cada vez mais distintos e inimagináveis para sua mensagem. Nos tribunais, esse metaprincípio passou a ser uma espécie de mestre ou xamã na grande manta principiológica ordenamentária, e tem se disseminado como uma palavra-chave, ou mantra sagrada [*sic*], invocada como uma entidade jurídico-protetora dos oprimidos (ou, a depender, também dos poderosos) (p. 25).

Com efeito, a resistência à política conservadora e reacionária vai além do escopo estritamente jurídico, não se limitando a uma defesa ingênua e positivista dos direitos humanos. É forçoso reconhecer que a mera prescrição legal de direitos fundamentais e sociais

⁴¹ Ver Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

para os(as) oprimidos(as) não garante de maneira suficiente a sua plena humanização numa sociedade regida pelos valores burgueses e pelo sistema capitalista. Não obstante, nessa conjuntura, torna-se imprescindível a defesa dos direitos humanos, mas essa empreitada deve ser compreendida, necessariamente, no horizonte histórico da luta de classes e do reconhecimento de que o Estado de Direito, no capitalismo, serve aos interesses da classe burguesa.

Assim sendo, cumpre ir além das prescrições normativas, buscando, efetivamente, transformar a realidade. Afirmar a dignidade humana apenas no âmbito legal não é suficiente; é preciso empreender esforços concretos para instituir políticas sociais capazes de atender eficazmente às necessidades dos(as) excluídos(as) da terra.

Nesse quadro, torna-se imperativo reconhecer a relevância do ideário crítico proposto por Paulo Freire⁴². As teorias por ele apresentadas interpelam-nos a expandir nossa compreensão da defesa dos direitos humanos, transcendendo as considerações puramente jurídicas. Freire nos convida a adotar uma abordagem mais abrangente, que enfatiza a conscientização, a participação ativa e a busca por uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

Por essa razão, durante o período do governo Bolsonaro, era frequente presenciar ataques direcionados à memória do renomado educador, como resultado de ações políticas da extrema direita. Nesse cenário, as redes sociais assumem uma relevância significativa, uma vez que são espaços propícios para a disseminação em massa de postagens provenientes de "robôs" e perfis falsos. Essas postagens, consideradas como *fake news*, revelam-se contraproducentes ao campo pedagógico, obscurecendo o enriquecedor debate público sobre as ideias desse ilustre pensador brasileiro. O referido autor e educador foi eleito como inimigo pelas fileiras políticas da extrema direita, em um movimento fascista que guarda relação com a ressurgência do ideal reacionário oriundo do período da ditadura militar-empresarial de 1964, a qual considerou Paulo Freire um "inimigo da Pátria", sob o rótulo de subversivo.

Em análise realizada por Freitas e Biccias (2009), aborda-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Moblin), criado durante o período da ditadura militar-empresarial no Brasil. Esse movimento foi estabelecido com o intuito de substituir as iniciativas de cultura popular e alfabetização que se inspiravam no processo educacional proposto por Paulo Freire. Nosso

⁴² Nascido em Recife, Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, Paulo Reglus Neves Freire deixou um legado indubitável para as humanidades em geral, tornando-se uma referência no debate acerca da transformação social por meio da educação e da prática do diálogo como base fundamental. Reverenciado como o patrono da educação brasileira, Freire recebeu 29 títulos de Doutor *Honoris Causa* de Universidades na Europa e América, consagrando sua relevância acadêmica. Além disso, conquistou outras distinções e prêmios notáveis, como o reconhecimento da UNESCO com o Prêmio Educação pela Paz, em 1986, e sua indicação ao Prêmio Nobel da Paz, em 1993. É digno de nota também que, segundo a ferramenta acadêmica *Google Scholar*, Paulo Freire ocupa a terceira posição entre os pensadores mais citados em trabalhos acadêmicos na área das humanidades, ressaltando ainda mais sua influência e contribuição no âmbito intelectual (Fonte: Instituto Paulo Freire. Vide Referências bibliográficas, ao final deste artigo. Acesso em: 21 mai 2023).

educador sofreu, portanto, prisão e exílio, em virtude da promoção de uma abordagem crítica na compreensão do mundo, contrariando os interesses da classe burguesa e das forças militares. Essa contraposição reacionária se tornou evidente no Mobral, cuja premissa central era ensinar o povo a ler e escrever para que obedecesse às diretrizes do regime político vigente.

Nesse sentido, o governo Bolsonaro erigiu um padrão de ação que consistia na disseminação de múltiplas acusações infamantes, destituídas de qualquer fundamento, direcionadas a Paulo Freire. Conforme destaca Leite (2019), o autor aqui em destaque foi

tachado de doutrinador e comunista pelo próprio Presidente da República, [e] uma onda de desinformação em torno das ideias freirianas acabou se espalhando em forma de falsas notícias. Sem o devido conhecimento de sua obra, muitas pessoas repercutem essas falácias (p. 14; inserção nossa entre colchetes).

Essas ideias, lamentavelmente, continuam a circular nas redes sociais até a escrita deste artigo, exigindo que cientistas, humanistas e críticos dessas distorções se manifestem e denunciem essas falsidades a respeito de Paulo Freire no contexto brasileiro.

Paulo Freire sempre adotou uma posição ideológico-humanista evidente em seu pensamento, buscando contribuir na luta em prol da libertação das diversas formas de injustiça, dominação e desumanização da(o) outra(o). Sua leitura crítica da situação de opressão e das condições necessárias para a ação libertadora propõe uma "pedagogia do oprimido", definidora da própria identidade de Freire como educador político da libertação. Uma das ênfases do pensamento freiriano consiste, portanto, na promoção da emancipação humana, que permeia a exigência de realizar "a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores" (FREIRE, 2002, p. 30).

A perspectiva freiriana distancia-se, assim, de um humanismo ingênuo, titubeante na tarefa de problematizar o conceito de dignidade humana, o qual, por si só, revela-se insuficientemente elucidativo e cujos impactos sociais frequentemente se manifestam de forma fragmentada e escassa, gerando pouca diferença concreta na vida de inúmeras pessoas⁴³. Nessa ótica, a pedagogia freiriana implica um compromisso de problematização dos modelos hegemônicos de humanização, cuja concepção do ser humano se apoia num arcabouço excludente e dominante, fundamentado em características como masculinidade, branquitude, heterossexualidade e europeidade. Freire não apenas reconhece a afirmação dos(as) oprimidos(as) como seres humanos, mas também suas ações de resistência e oposição às imposições que os marginalizam como não humanos.

⁴³ Para maior aproximação ao tema, sugerimos a leitura de CHACON, Daniel R. A.; VAZ, Aline Choucair. A dignidade humana no limiar do sagrado e do profano: contrapontos entre os direitos humanos e o pensamento de Paulo Freire. In: SALGADO, 2022. O capítulo em questão oferece uma análise mais detida das relações entre a dignidade humana, os direitos humanos e o pensamento de Paulo Freire, explorando os pontos de convergência e as tensões existentes. Sua leitura proporciona uma abordagem mais abrangente e embasada sobre o assunto em questão.

A crítica freiriana busca, assim, a superação das estruturas de poder e das ideologias resultantes da imposição de um modelo hegemônico de humanidade que silencia e desumaniza os(as) oprimidos(as). Esse modelo, em última instância, serve apenas aos interesses espúrios do capitalismo. Dessa forma, a pedagogia freiriana almeja a construção de uma sociedade inclusiva, na qual se reconheça e valorize a diversidade de experiências e identidades humanas.

Não obstante, Freire nos convoca a uma pedagogia de luta que assume no plano histórico um lugar concreto. Essa pedagogia é construída em conjunto com as(os) oprimidas(os), a partir delas(es): “Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 2002, p. 15). A pedagogia freiriana incorpora uma visão esperançosa, materializada na compreensão e na reflexão sobre a história humana, permeada por lutas e indignações frente às desigualdades sociais que relegam a classe trabalhadora a uma condição desumanizada. Mediante o reconhecimento e questionamento dessas desigualdades, a pedagogia freiriana busca estimular a consciência crítica e fomentar a ação coletiva revolucionária – *práxis*, com o propósito de transformar as estruturas sociais capitalistas. Assim, a expectativa pela concretização da humanização está profundamente comprometida com a busca de superação dos desafios históricos e existenciais que se nos impõem as políticas neoliberais.

O ideário humanista freiriano enfatiza o papel da educação na conscientização de classe, na problematização da realidade marcada pela exploração e desumanização dos(as) oprimidos(as), aspecto fundante do intento político-cultural de Paulo Freire e um desafio que nos interpela, ainda hoje, profundamente (FREIRE, 1980). Nessa perspectiva, a pedagogia freiriana se configura como uma ferramenta importante na luta por uma existência plenamente humana e na aspiração por uma sociedade emancipada, em oposição aos interesses da classe dominante, da ideologia neoliberal e dos movimentos políticos de extrema direita.

Considerações finais

Durante o período de quatro anos, o governo neoliberal de extrema direita, no Brasil, promoveu um retrocesso alarmante em relação às conquistas sociais alcançadas pela classe trabalhadora nas décadas anteriores. Parafraseando o emblemático slogan do governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, podemos afirmar que o governo Bolsonaro deixou como legado um retrocesso de "cinquenta anos em apenas quatro", especialmente no combate às desigualdades sociais. Neste artigo, enfatizamos algumas das graves consequências desse governo para a sociedade brasileira, as quais agravaram significativamente as disparidades e injustiças sociais.

Além disso, pontuamos o desdém do bolsonarismo em relação aos direitos humanos e à pedagogia freiriana. Nesse contexto, ressaltamos a relevância do legado de Paulo Freire na

luta revolucionária contra o sistema reacionário capitalista, bem como sua contribuição para a reflexão sobre a questão da dignidade humana, conforme destaca a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em conclusão, destacamos que as contribuições críticas de Paulo Freire possuem uma amplitude e complexidade de alto relevo para o atual debate sobre as relações entre política, sociedade e educação. Essas contribuições têm o potencial de incomodar, especialmente governos de extrema direita que buscam legitimar a desigualdade social, influenciados pelos princípios do neoliberalismo. Paulo Freire dedicou-se, pois, à análise da educação como uma ação cultural para a libertação e reconheceu o papel fundamental da conscientização na luta histórica por condições dignas de existência humana (FREIRE, 2006). Seu trabalho continua sendo um referencial importante para aqueles(as) que se engajam na promoção de uma educação emancipatória e no combate às estruturas opressoras e segregadoras presentes na sociedade.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. vol. 5, 1985.
- BARRET-DUCROCQ, Françoise (dir.). **L'intolérance**. Forum international sur l'intolérance. Paris: Bernard Grasset, 1997.
- CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.
- FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Disponível em: **Constituição da República Federativa do Brasil** (senado.leg.br). Acesso em: 21 mai 2023.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo Editorial, 2017.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (unicef.org). Acesso em: 21 mai 2023.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- FERREIRA, Danilo de Vasconcellos; KRÜGER, Felipe Radünz; NETTO, Livian Lino. Reflexões sobre o Brasil em tempos de Barbárie e Pandemia. **Revista Diálogos Insubmissos**. Caruaru, PE. Brasil, Ano 5, v. 5, n. 18, mai/ago 2022.

- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 11. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz & Terra, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização – Teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: LVM Editora, 2017.
- HAYEK, F. A. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia. São Paulo: Visão, 1985.
- HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 9, p. 159-172, 1995.
- INESC. Relatório "A experiência do ensino durante a pandemia de Covid-19 no Brasil". Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/11/MALALA-V1-Relatorio-Pesquisa_V6.pdf>. Acesso em: mar 2023.
- INESC. Relatório “Depois do desmonte: balanço do Orçamento Geral da União Balanço do orçamento da União”. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrçamento2021-Inesc-1.pdf>>. Acesso em: abr 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais 2018: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 28 mar 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais 2021: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>. Acesso em: 28 mar 2023.
- LÖWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **A terra é redonda**, v. 24, 2019.
- LEITE, Ana Paula da Mota. A alfabetização midiática e informacional em tempos de *fake news* e o legado de Paulo Freire. In: PADILHA, Paulo Roberto; ABREU, Janaina (orgs.). **Paulo Freire em tempos de fake news**: artigos e projetos de intervenção

- produzidos durante o Curso da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.
- MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- MOURA, Aline de Carvalho; CRUZ, Andreia Gomes da. As políticas educacionais e o agravamento da desigualdade social: considerações acerca do governo Bolsonaro. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 7, n. 12, 2022.
- NARCIZO, Makchwell Coimbra. Jair Bolsonaro no universo da extrema direita. **Revista Caliandra**, Goiânia, v. 1, n. especial, p. 51-67 ago/dez 2021.
- OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO. O governo de Jair Bolsonaro (PL) é o que mais cortou gastos com Educação, Ciência e Tecnologia. 2022. Disponível em: <<https://olb.org.br/os-cortes-na-educacao-no-atual-governo/>>. Acesso em: fev 2023.
- PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social**. Vol. 1. São Paulo: Vozes, 2010.
- PENSSAN, REDE. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN): Relatório final. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar-PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.
- PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- PIKETTY, Thomas *et alii*. **World Inequality Report 2022**. Paris: World Inequality Lab, 2022. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/website/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf>. Acesso em: mar 2023.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: PNUD, 2019.
- REDE BRASIL ATUAL. Bolsonaro vai ao STF contra obrigação de levar internet a alunos de escola pública. 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/bolsonaro-stf-contr-obrigacao-internet-escola-publica/>>. Acesso em: mar 2023.
- REDE BRASIL ATUAL. Veto de Bolsonaro ao reajuste da merenda escolar cria prejuízo bilionário aos estados. 2022. Disponível em: <

- <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/veto-de-bolsonaro-ao-reajuste-da-merenda-escolar-cria-prejuizo-bilionario-aos-estados/>. Acesso em: mar 2023.
- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EdUFBA, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SALGADO, Karine (org.). **O direito entre o sagrado e o profano**. Belo Horizonte: Editora Expert, 2022.
- SCOTT, John; MARSHALL, Gordon (ed.). **A Dictionary of Sociology**. Nova York: Oxford University Press, 2009.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções. **Novos Estudos CEBRAP**, ed. 97, v. 32, n. 3, nov. 2013.
- SOUZA, Ana Paula Lemes de. Dignidade humana através do espelho: o novo totem contemporâneo. In: TRINDADE, André Karam; SOARES, Astreia; TORRES, Carlos Alberto (orgs.). **Diálogo e práxis educativa: uma leitura crítica de Paulo Freire**. Trad. Mônica Mattar Oliva. São Paulo: Loyola, 2014.
- VETTORASSI, Andréa; OLIVEIRA, Dijaci David de; BENEVIDES, Rubens de Freitas. Direitos humanos no Brasil: os ataques às humanidades no governo Bolsonaro. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 20, 2020.
- ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

Biografia Resumida

Daniel Ribeiro de Almeida Chacon - Professor efetivo e pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/CBH/UEMG); Professor visitante na Escola Universitária Católica (EU Católica) em Cabo Verde. Detém formação em quatro áreas, a saber, Filosofia, História, Pedagogia e Teologia / Ciência da Religião. Atualmente, realiza pesquisas nos seguintes temas: Filosofia Política, Filosofia da Religião e Educação e Direitos Humanos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5198604754664502>

Contato: daniel.chacon@uemg.br

Caio César Sousa Marçal - Doutorando em Educação pela FEUSP (Faculdade de Educação da USP); Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Especialista em Psicopedagogia e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido

Mendes; Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade Única, em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e em Teologia pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Atua principalmente nos seguintes temas: Educação, Sociedade, Movimentos Sociais, Direitos Sociais, Religião, Cultura, Violência e Juventude.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9813449541193762>

Contato: caioabu@gmail.com

Aline Choucair Vaz - Professora efetiva e pesquisadora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE/UEMG). Possui graduação em História pelo Centro Universitário Newton Paiva; especialização em História da Cultura e da Arte pela Universidade Federal de Minas Gerais - FAFICH/UFMG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - FaE/UFMG e Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - FaE/UFMG. cursou Doutorado com período sanduíche na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP e Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação - Educação e Formação Humana - da Universidade do Estado de Minas Gerais. É editora-chefe da Revista Científica SCIAS. Direitos Humanos e Educação, e bolsista do Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa 2023 (PQ) – UEMG. Desenvolve pesquisas nas seguintes temáticas: Culturas Políticas, História da Educação, Pensamento de Paulo Freire e Direitos Humanos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7586536373492790>

Contato: aline.vaz@uemg.br